

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo

Class.: Apuriná APRODUB 19

Data: 20/08/78

Pg.: _____

Apurinãs ameaçados de expulsão

FSP-20.8.78
Fazendeiros e políticos pressionam os índios no sudoeste amazônico

MON TEZUMA CRUZ,
correspondente em Porto Velho



Também o grupo jamamadi, com menos de 100 índios, pode perder suas terras.

Cimi, disse que no dia 8 de agosto último novo fato veio alarmar toda a aldeia: "A professora Maria, que leciona na escola situada em terras tomadas dos índios pelo vereador "Mineirinho", de repente apareceu com um recado às crianças apurinãs que com ela estudam: "Como? vocês ainda estão aqui? Corram depressa para casa e avisem seus pais que a polícia está chegando em meia hora e vai jogar bombas em cima de vocês. Vai morrer todo mundo!"

As crianças cumpriram a ordem e o pessoal se dispersou — relatou Valadares — escondendo-se uns pela mata, outros no tabocal e num igarapé. Os que tinham descascado mandioca ("Macaxeira"), para fazer farinha, jogaram tudo num poço para o produto não ser pisado ou roubado. Mulheres grávidas temiam pelos seus bebês e desde os adultos às crianças, todos foram tomados de grande pavor. Só por volta de 22 horas é que retornaram para suas casas, certos de que a polícia não mais chegaria. Um homem vindo de Boca do Acre aconselhou os índios a abandonarem suas terras para irem morar na cidade. "onde poderiam comprar terreno por 1.500 cruzeiros."

INCERTEZA

E assim, sob pressões e ameaças, vão vivendo os apurinãs em Boca do Acre. Ali, a tuberculose é uma forte ameaça ao grupo, obrigando a alguns índios terem que se internar em Rio Branco, com a ajuda da Funai. Somente uma visita feita pelo órgão, na pessoa do antigo chefe da Ajudância do Acre, José Carvalho, trouxe mais alento aos índios, antes do clima de revolta causado com a morte do índio Raimundo.

Os apurinãs pediram ajuda da Funai contra os invasores brancos desde um encontro mantido com funcionários do órgão no posto Monte Verde, de onde saiu às pressas o sertanista José Humberto, que há duas semanas viajou para Brasília, desconsolado, para entregar um relatório pormenorizado sobre a melancólica situação daquela tribo e também dos Jamamadi, ao general Ismarth Araújo Oliveira.

bém, segundo alegaram ao Cimi, dos estragos sofridos na sua roça de cereais.

AGITAÇÃO

O clima ficou ainda mais agitado em Boca do Acre. O prefeito Valdir de Ávila Lima, querendo resolver o caso de forma a beneficiar-se, juntamente com o vereador e o ex-prefeito, convocou uma reunião extraordinária da Câmara Municipal. Após longos debates, ficou decidido que uma comissão viajaria para Manaus para apresentar queixa contra os índios e pedir reforço policial. "Verdadeiro absurdo, um atentado contra os apurinãs" — salientou o coordenador do Cimi, Salvador Valadares.

Para pressionarem o governador Henoch Reis, o prefeito e o vereador e outros representantes do Legislativo de Boca do Acre apresentariam renúncia coletiva com a questão fechada, ou o governo enviaria reforço policial até a área. Integraram a comissão, além do prefeito e do vice, os vereadores Adão Nunes "Mineirinho" e Raimundo Belo, vulgo "Cara Dura".

Após o regresso da Comissão, em fins de julho, chegava também a Boca do Acre um contingente de 20 soldados. Já no dia 3 de agosto, 13 policiais, sob o comando de um oficial, prenderam o funcionário Ronaldo, da Funai, obrigando-o a acompanhá-los até a aldeia Apurinã. De volta da área, o funcionário ficou num hotel sob guarda de um dos policiais.

A Ajudância da Funai em rio Branco tomou conhecimento da questão e deslocou uma pessoa até Boca do Acre. Acompanhado de policiais, ela entrou na área indígena, chamando os apurinãs de "meus irmãos índios" e pedindo-lhes "pelo amor de Deus e das crianças índias ali presentes" para que entregassem as ferramentas e as armas do ex-prefeito Mario Diogo à polícia. Os índios, ouvindo os apelos daquele que consideram "chefe" e amedrontados pelas metralhadoras e os fuzis que viam nas mãos dos soldados da Polícia Militar amazonense, não puderam fugir ao vexame e desmoralização diante dos invasores. Acabaram entregando aquilo que lhes servia de "refém".

A polícia aproveitou a oportunidade e apreendeu uma canoa, única embarcação dos índios. A partir de então, a valenteadas autoridades de Boca do Acre cresceu ainda mais. Salvador Valadares, o coordenador do

fazendo uma derrubada para o americano Thomaz. Quem dirige a empreita é o filho de José Lindolfo, que simplesmente fez que "assim é melhor que deixar os índios vagabundeando pelas ruas" — esclarecem o padre Barth e o irmão Salvador Valadares.

Segundo eles, as autoridades municipais querem evitar a todo custo a demarcação da área indígena: "São todos uns interessados em se apropriar do patrimônio apurinã. E a pressão desses homens ainda vai aumentar, porque este é o ano limite prometido pelo ministro do Interior, Rangel Reis, para completar a demarcação de áreas indígenas no País. E como Boca do Acre, apesar de ser município do Amazonas, pertence à Funai de Rio Branco, seria conveniente o ministro preocupar-se mais com a questão, pois em todo o Acre, apenas duas áreas foram demarcadas até hoje" — lembram Barth e Valadares.

A situação começou a ficar tensa entre os apurinãs, no dia 30 de abril último, quando o delegado de polícia de Boca do Acre, Luiz Gonzaga Filho, matou o índio Raimundo com dois tiros pelas costas, quando este entrava em sua casa. O delegado foi preso e a partir de então desencadeou-se a perseguição contra os índios dessieew.

O prefeito Valdir de Ávila Lima, segundo o coordenador do Cimi em Rio Branco, se diz dono de partes da área indígena dos apurinãs, logo na margem oposta do rio Purus, frente à sede do município de Boca do Acre.

Entre os dias 4 e 5 de maio último, enquanto o ex-prefeito Mario Diogo empreendia uma derrubada na área indígena, um grupo de índios acompanhado de um funcionário da Funai conchecido por Santana, deslocou-se até o local, prendendo armas e ferramentas de trabalho dos empregados, intimando-os a abandonar a área para não mais voltar. Feito isso, queimaram um barraco de empregados de Mario Diogo, decidindo não mais entregar as ferramentas e as armas como forma de compensar os estragos praticados pelo ex-prefeito na área.

Passados mais alguns dias, o gado do vereador "Mineirinho" começou a invadir as roças dos índios, que pacientemente, tocaram-no por algumas vezes. Depois disso, passaram a prendê-lo de maneira que os peões de "Mineirinho" fossem obrigados a resgatá-lo. Isso, porém, não resolveu o problema e os apurinãs irritaram-se, matando um boi e comendo sua carne, em troca tam-

Cercados por fazendas de todos os lados, sem uma reserva demarcada, e agora ameaçados de expulsão e alguns até de morte, índios apurinãs do município de Boca do Acre, da região de Piquiá — sudoeste amazônico, no rio Purus —, estão vivendo momentos difíceis e já sofrem violência da própria polícia local, segundo denunciou esta semana em Porto Velho, o coordenador da regional da Amazônia Ocidental do Cimi, Salvador Valadares.

Os apurinãs, ainda revoltados com a morte do índio Raimundo, assassinado a tiros de revólver pelas costas no dia 30 de abril último pelo delegado de Boca do Acre, Luiz Gonzaga Filho, diante de novas arbitrariedades sofridas na área, enviaram também uma carta ao general Ismarth Araújo Oliveira, na qual relatam que a pequena área de terras, onde estão confinados, foi invadida pela polícia, que juntamente com o prefeito Valdir de Ávila Lima, o vereador Adão Nunes ("Mineirinho"), ambos da Arena e o ex-prefeito Mario Diogo — pai de uma vereadora do MDB local — atemorizaram índias grávidas e crianças da tribo.

O fato gerou um clima de tensão e culminou com o afastamento repentino, no início deste mês, do sertanista José Humberto da chefia do posto indígena Monte Verde. Sem meios para resistir às pressões, ele foi ameaçado de morte pelos latifundiários liderados pelo prefeito Ávila e pelo vereador Nunes, que pretende expulsar os apurinãs para ficar com outra área de terras. Outros funcionários da Funai estão solicitando afastamento imediato, alegando falta de garantias para si e para os índios.

Também um pequeno grupo jamamadi, com menos de 100 índios (o maior habita outra área do rio Purus).

A poucos quilômetros de Boca do Acre, na localidade de Piquiá, está ameaçado e perder a reduzida área onde habita. Novas denúncias foram feitas na última semana em Rio Branco, Acre, pelo padre Renato Barth, do Secretariado Nacional da Não-Violência, Regional Centro-Oeste e por Sílvio Birolo, da Comissão Pastoral da Terra, Regional da Amazônia Ocidental.

ANTECEDENTES

Rodeados de grandes propriedades, só resta aos apurinãs de Boca do Acre o caminho do rio. Nem estradas existem na região. Além do prefeito, do ex-prefeito e do vereador interessados em se apossar das suas terras, há também, segundo denunciam o coordenador do Cimi, Salvador Valadares e o padre Renato Barth, o fazendeiro José Lindolfo e o americano Thomaz Geriel Owis, este, morador em Dourados, Mato Grosso do Sul.

O bispo prelado do Alto Purus, dom Moacir Grechi, preocupado com a situação, já fez denúncias também, o mesmo se verificando com o deputado Mario Frota (MDB AM), que apontou ao governo federal e ao Incra, as irregularidades que vêm ocorrendo ali.

"Para mais depressa conseguirem entrar nas terras dos índios jamamadi, os jagunços do vereador Adão Nunes ("Mineirinho") vêm ameaçando-os de morte há várias semanas. Esses índios são pobres e desassistidos, a Funai sabe disso e ultimamente vinha